

Enel Green Power Volta Grande S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2022
com Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias**

Conteúdo

Relatório da Administração Regulatório	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações do fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou “Volta Grande”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração Regulatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL*

A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões.

Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 231 MWh de energia assegurada. Em 2022, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.414 GWh (1.190 GWh em 2021). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão.

O Grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2 CONTEXTO SETORIAL

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo.

Em junho/2022, Volta Grande assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017, postergando o final da concessão para 11/05/2048.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MW/média)	231	231	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.414	1.190	224	18,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.656	1.512	144	9,5%
Investimento Total (R\$ Mil)	15.677	25.891	(10.214)	-39,4%

Indicadores Patrimoniais

	2022	2021	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.324.254	1.382.797	(58.543)	-4,2%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	494.303	553.821	(59.518)	-10,7%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,87	0,98	(0,11)	-10,7%

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2022 foi de 93,2% (90,5% em 2021), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2022, foi de 1.414GWh, representando um aumento de 18% em comparação a 2021 (1.190GWh).

Do total de sua energia assegurada, 70% são comercializadas através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2022	2021	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	377.176	396.498	(19.322)	-4,9%
Deduções da Receita Bruta	(51.604)	(47.232)	(4.372)	9,3%
Receita Operacional Líquida	325.572	349.266	(23.694)	-6,8%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(126.740)	(142.113)	15.373	-10,8%
EBITDA (1)	246.629	254.668	(8.039)	-3,2%
Margem EBITDA	75,75%	72,92%	-	2,83 p.p
EBIT (2)	198.832	207.153	(8.321)	-4,0%
Margem EBIT	61,07%	59,31%	-	1,76 p.p
Resultado Financeiro	(64.966)	(104.353)	39.387	-37,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(48.032)	(27.174)	(20.858)	76,8%
Lucro Líquido	85.834	75.626	10.208	13,5%
Margem Líquida	26,36%	21,65%	-	4,71 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,15	0,13	0,02	13,5%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional líquida de 2022 foi R\$ 19,3 milhões inferior em relação ao ano de 2021, decorrente, de: (i) uma queda na receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 125,3 milhões, fechando 2022 com R\$ 141,6 milhões, frente R\$ 266,9 milhões em 2021 e (ii) menores preços de compra de energia comparados ao mesmo período do ano anterior.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram uma queda de R\$ 15,4 milhões em relação a 2021, explicado principalmente pelo menor custo com energia elétrica comprada para revenda (incluindo partes relacionadas), equivalente a R\$ 9,2 milhões, uma queda de R\$ 22,8 milhões em comparação a 2021.

Estas variações resultaram em uma queda de R\$ 8,0 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 246,6 milhões em 2022, frente a R\$ 254,7 milhões em 2021.

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 65,0 milhões, representando uma melhora de R\$ 39,4 milhões em relação ao exercício anterior. As principais variações referem-se a (i) redução na despesa com variação monetária - dívidas, em um montante de R\$ 38,7 milhões; e (ii) melhora da rubrica receita de aplicação financeira, que registrou uma melhora de R\$ 4,0 milhões no acumulado do ano. Valores parcialmente compensados pela redução, em R\$ 3,2 milhões, com juros e atualização monetárias de mercado curto prazo.

Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 85,8 milhões, uma queda de R\$ 10,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 75,6 milhões).

6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 somaram R\$ 15,7 milhões, 39,4% abaixo do volume realizado em 2021. Os investimentos foram alocados principalmente em reforma e modernização das turbinas UG02 e UG03, tendo como finalidade a melhora do rendimento da planta e mitigação dos riscos (redução da garantia física, melhora do fator de indisponibilidade e redução das penalidades).

7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019).

Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a..

8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Green Power Volta Grande atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável

Projetos Socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Volta Grande se relaciona no território, em 2022, a empresa beneficiou 1.100 pessoas por meio de quatro projetos, com um investimento de R\$ 55 mil. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Os Programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social para conscientização ambiental e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande, beneficiou moradores de comunidades do entorno da planta e duas escolas com seus alunos e professores, do município de Conceição das Alagoas/MG, entorno da UHE, beneficiando cerca de 600 pessoas. Ações como palestras virtuais, com participação dos professores da rede municipal, desenvolvimento de vídeos educativos com conteúdo ambiental, oficinas educativas ambientais e material didático, apoiam as Secretarias de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social com ações nas escolas do município.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Uma série de palestras e oficinas voltadas para as mulheres da região também foram conduzidas pela empresa através do projeto “Mulheres de Energia”. Essa iniciativa engloba diversas ações voltadas ao empoderamento feminino, entre elas: “Ações Afirmativas para o Empoderamento Feminino”, “Capacitação Técnica para Contratação nas Fases de Construção e Operação”, “Contratação” e “Capacitação para Empreendedorismo nas Comunidades Locais”. O projeto também conta com outras iniciativas, como: palestras sobre mercado de trabalho e troca de experiências para fortalecer as mulheres nas regiões, vagas apresentadas internamente, cargas horárias ocupadas por mulheres e técnicas para promover e estimular o empreendedorismo, e o poder feminino e a igualdade de gênero. Ao todo 300 pessoas foram beneficiadas em 2022.

Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

Certificações

A Enel Green Power Volta Grande conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

11 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2022 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jayme Barg	Diretor de Operação e Manutenção e Diretor Presidente (Interino)
Jayme Barg	Diretor Presidente

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Rio Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalvas, com data de 24 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.850	64.914
Títulos e valores mobiliários		144	129
Contas a receber	5	6.260	21.625
Outros tributos compensáveis		512	520
Serviços em curso		1.755	546
Outros créditos		5.581	8.429
Total do ativo circulante		68.102	96.163
Não circulante			
Tributos diferidos		2.600	2.029
Imobilizado	6	67.769	51.047
Intangível	7	1.185.783	1.233.558
Total do ativo não circulante		1.256.152	1.286.634
Total dos ativos		1.324.254	1.382.797
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	33.032	36.625
Debêntures	11	102.210	97.522
Obrigações por arrendamentos		219	-
Salários, provisões e encargos		955	774
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	31.670	14.194
Outras obrigações fiscais		3.005	2.887
Encargos setoriais	10	8.266	6.123
Dividendos a pagar		65.343	25.671
Outras obrigações		109	3
Total do passivo circulante		244.809	183.799
Não circulante			
Debêntures	11	582.363	642.808
Obrigações por arrendamentos		435	-
Tributos diferidos		2.141	2.208
Provisão para processos judiciais e outros	12	203	161
Total do passivo não circulante		585.142	645.177
Patrimônio líquido			
Capital social	13	565.756	565.756
Reservas de lucros		179.025	188.200
Prejuízos acumulados		(250.478)	(200.135)
Total do patrimônio líquido		494.303	553.821
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.324.254	1.382.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia elétrica	14	377.176	396.498
Tributos e encargos	14		
PIS		(6.458)	(6.690)
COFINS		(29.745)	(30.813)
Outras reduções de receita	14		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(3.368)	(3.812)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(10.519)	(4.575)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(1.514)	(1.342)
Receita operacional líquida		325.572	349.266
Custos e despesas			
Energia elétrica comprada		(9.174)	(32.001)
Encargos de uso da rede elétrica		(49.361)	(44.541)
Impostos, taxas e contribuições		(41)	(69)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(37)	(425)
Serviços de terceiros		(7.709)	(7.989)
Depreciação e amortização		(47.797)	(47.515)
Pessoal	15	(7.582)	(6.362)
Material		(2.393)	(1.798)
Seguros		(3.005)	(3.987)
Outras despesas operacionais		359	2.574
Total das despesas operacionais		(126.740)	(142.113)
Resultado da atividade		198.832	207.153
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		7.150	6.634
Despesas financeiras		(72.116)	(110.987)
		(64.966)	(104.353)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		133.866	102.800
Imposto de renda e contribuição social	17		
Imposto de renda corrente e diferido		(35.859)	(25.482)
Contribuição social corrente e diferida		(12.173)	(1.692)
Lucro líquido do exercício		85.834	75.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	85.834	75.626
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	85.834	75.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	565.756	19.603	89.053	(113.988)	560.424
Lucro líquido do exercício	-	-	-	75.626	75.626
Dividendos adicionais propostos	-	-	(41.558)	-	(41.558)
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	-	8.089	-	(8.089)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(25.671)	(25.671)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	113.013	(113.013)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	565.756	27.692	160.508	(200.135)	553.821
Dividendos adicionais deliberados	-	-	(113.013)	-	(113.013)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	85.834	85.834
Adoção CPC 06 - Arrendamento	-	-	-	5	5
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	-	6.809	-	(6.809)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(32.343)	(32.343)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	97.030	(97.030)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	565.756	34.501	144.524	(250.478)	494.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	85.834	75.626
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	37	425
Provisão para processos judiciais e outros	57	95
Juros provisionados sobre debêntures	28.094	29.448
Variações monetárias e cambiais provisionadas	40.576	79.243
Depreciação e amortização	47.798	47.516
Apropriação de custos de transação de debêntures	1.581	1.582
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	48.032	25.482
	252.009	259.417
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	15.328	30.909
Tributos a compensar	(563)	5.548
Serviços em curso	(1.209)	(546)
Outros créditos	2.848	(441)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(3.593)	11.554
Salários, provisões e encargos sociais	181	94
Impostos, taxas e contribuições a recolher	492	(2.329)
Taxas regulamentares	2.143	18
Outras obrigações	1.112	126
	268.748	304.350
Pagamento de processos judiciais	(15)	(35)
Pagamento de juros de debêntures	(28.630)	(29.537)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(30.997)	(25.661)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	209.106	249.117
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(15)	18
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(16.744)	(26.190)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(16.759)	(26.172)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(105.684)	(101.243)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(15.000)
Pagamento de debêntures - principal	(97.378)	(90.903)
Pagamento de arrendamento mercantil	(349)	(123)
Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento	(203.411)	(207.269)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.064)	15.676
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.914	49.238
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	53.850	64.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Informações gerais

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2022/2023, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 3.068/2022 é de R\$ 278.534. Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre. A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 230,6 MW.

Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

O mercado brasileiro de curto prazo enfrentou problema de liquidez, e desde 2015 diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares que isentaram os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, chegaram ao patamar de R\$ 8,5 bilhões e representaram ao final de 2020, cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 17 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da Companhia aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$ 6.796, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga.

Em junho de 2022 a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017 postergando o final da concessão para 11 de maio de 2048.

1.1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, ANEEL, e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumento financeiro derivativo - *hedge* e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na nota explicativa nº 22.

A autorização para emissão destas demonstrações contábeis regulatórias ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 24 de abril de 2023.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de venda de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.2. Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas os empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores contas a receber, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao prazo da outorga.

3.6. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Em junho de 2022 a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017 postergando o final da concessão para 11 de maio de 2048 – vide nota explicativa nº 1.

3.7. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável

excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

3.9. Resultado básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto foi em relação a adoção para a contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 06 (R2).

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1° de janeiro de 2023

3.13. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais estimativas e premissas compreendem incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e provisões para processos judiciais e outros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Enel Green Power Volta Grande S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 101,50% do CDI (100,70% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas correntes bancárias	1.324	25.163
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	52.526	39.751
Total aplicações diretas	52.526	39.751
Total de caixa e equivalentes de caixa	53.850	64.914

Enel Green Power Volta Grande S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia elétrica, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos até 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Regime de cotas	-	-	-	9.453
Mercado de curto prazo	-	170	170	-
Contas a receber partes relacionadas (Nota 21)	6.552	-	6.552	12.597
	6.552	170	6.722	22.050
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(462)	-	(462)	(425)
	6.090	170	6.260	21.625

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 23.211, com desconto de R\$ 240.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(425)	(98)	61	(462)
Total	(425)	(98)	61	(462)

	31.12.2020	Adição	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(425)	(425)
Total	-	(425)	(425)

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço								
Administração	160	-	-	160	-	(93)	67	93
Máquinas e Equipamentos	160	-	-	160	-	(93)	67	93
Subtotal em serviço	160	-	-	160	-	(93)	67	93
Em curso								
Geração	50.954	15.582	433	66.969	15.582	-	66.969	50.954
Máquinas e Equipamentos	48.112	15.582	-	63.694	15.582	-	63.694	48.112
Outros	2.842	-	433	3.275	-	-	3.275	2.842
Administração	-	95	-	95	95	-	95	-
Máquinas e Equipamentos	-	95	-	95	95	-	95	-
Subtotal em curso	50.954	15.677	433	67.064	15.677	-	67.064	50.954
Direito de uso								
Imóveis	-	488	-	488	488	(74)	414	-
Veículos	-	426	-	426	426	(202)	224	-
Subtotal direito de uso	-	914	-	914	914	(276)	638	-
Total do Ativo Imobilizado	51.114	16.591	433	67.224	15.677	(369)	67.769	51.047

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/22		31/12/21
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração		160	(93)	67
Custo Histórico	18,33%	160	(93)	67
		160	(93)	67
Em curso				
Geração		66.969	-	66.969
Administração		95	-	95
		67.064	-	67.064
Total		67.224	(93)	67.131
				51.047

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos
Máquinas e Equipamentos	15.677
Total das Adições	15.677

Enel Green Power Volta Grande S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço								
Geração	1.426.612	156	-	1.426.768	156	(243.407)	1.183.361	1.230.703
Softwares	32	-	-	32	-	(32)	-	6
Outros	1.426.580	156	-	1.426.736	156	(243.375)	1.183.361	1.230.697
Subtotal	1.426.612	156	-	1.426.768	156	(243.407)	1.183.361	1.230.703
Em Curso								
Geração	715	-	-	715	-	-	715	-
Softwares	715	-	-	715	-	-	715	-
Administração	2.140	-	(433)	1.707	-	-	1.707	2.855
Softwares	2.140	-	(433)	1.707	-	-	1.707	2.855
Subtotal	2.855	-	(433)	2.422	-	-	2.422	2.855
Total do Ativo Intangível	1.429.467	156	(433)	1.429.190	156	(243.407)	1.185.783	1.233.558

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração		1.426.768	(243.407)	1.183.361	1.230.703
Custo Histórico	3,33%	1.426.768	(243.407)	1.183.361	1.230.703
		1.426.768	(243.407)	1.183.361	1.230.703
Em Curso					
Geração		715	-	715	-
Administração		1.707	-	1.707	2.855
		2.422	-	2.422	2.855
		1.429.190	(243.407)	1.185.783	1.233.558

8. Fornecedores

	31/12/22	31/12/21
Compra de energia	418	1.596
Encargos de uso da rede	4.705	4.202
Partes relacionadas	10.641	10.975
Materiais e serviços	17.268	19.852
Total	33.032	36.625

9. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Para regime tributário e informações do passivo a Companhia opta pelo lucro real e recolheu as estimativas de IRPJ e CSLL com base na receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os saldos de tributos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram obtidos através do confronto entre o valor do imposto devido com base no lucro real anual e das estimativas pagas no decorrer do exercício, e deve ser pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo portanto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não está sendo apresentado saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no balanço da Companhia.

	31/12/22	31/12/21
Imposto de Renda e Contribuição Social ompensáveis		
Imposto de renda	24.168	11.363
Contribuição social	7.502	2.831
	31.670	14.194

10. Encargos sociais

	31/12/22	31/12/21
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	6.520	5.155
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	108	94
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.638	874
Total	8.266	6.123

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Debêntures

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries com a captação de R\$ 800.000, cuja data de liquidação é 15 de outubro de 2029. Os recursos captados têm como objetivo ser utilizado para reembolso de gastos, despesas e dívidas relacionadas ao pagamento de bonificação pela outorga de concessão da usina hidrelétrica Volta Grande, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração – CEG – UHE.PH.SP.003045-7.01, de titularidade da Emissora, nos termos do disposto no art. 2º, §3º, do Decreto 8.874 ('Projeto').

	31/12/22	31/12/21	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª série - 1ª emissão	451.127	488.324	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	519.000
2ª série - 1ª emissão	244.252	264.392	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	281.000
(-) Custo de transação	(10.806)	(12.386)						
Total de debêntures	684.573	740.330						
Circulante	102.210	97.522						
Não circulante	582.363	642.808						

Composição do saldo por principal e encargos:

	31/12/22			31/12/21		
	Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal	
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante
1ª série - 1ª emissão	3.369	63.965	383.792	3.717	60.576	424.031
2ª série - 1ª emissão	1.824	34.632	207.795	2.013	32.797	229.582
(-) Custo de transação	-	(1.580)	(9.224)	-	(1.581)	(10.805)
Total de debêntures	5.193	97.017	582.363	5.730	91.792	642.808

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	88.870	661.628	750.498
Amortizações	(90.903)	-	(90.903)
Encargos pagos	(29.537)	-	(29.537)
Transferências	98.062	(98.062)	-
Juros provisionados	29.448	-	29.448
Atualização monetária	-	79.242	79.242
Apropriação - custo de transação	1.582	-	1.582
Em 31 de dezembro de 2021	97.522	642.808	740.330
Amortizações	-	(97.378)	(97.378)
Encargos pagos	(28.630)	-	(28.630)
Transferências	3.643	(3.643)	-
Juros provisionados	28.094	-	28.094
Atualização monetária	-	40.576	40.576
Apropriação - custo de transação	1.581	-	1.581
Em 31 de dezembro de 2022	102.210	582.363	684.573

Período de amortização das debêntures no longo prazo:

Curva de amortização	2024	2025	2026	Após 2026	Total
	100.116	100.116	100.116	282.015	582.363

Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, as debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária, e ainda a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo EBITDA) abaixo do limite estabelecido abaixo:

1ª Emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeiras líquida / LAJIDA (máximo)	4,00

- Dívida financeira líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *covenants* listados acima.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31/12/21	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/22
Cíveis	161	41	16	(15)	203
Total	161	41	16	(15)	203

	31/12/20	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/21
Cíveis	101	70	25	(35)	161
Total	101	70	25	(35)	161

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Riscos possíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 27 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a processos cíveis.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital Social

A companhia possuía a seguinte composição acionária para 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Acionista	31/12/22		31/12/21	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100%	565.756.528	100%
Total	565.756.528	100%	565.756.528	100%

13.2. Reserva Legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.3. Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia.

13.4 Destinação de resultado – Lucro líquido do exercício societário

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual societário, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Destinação dos resultados

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
(-) Reserva legal	(6.809)	(8.089)
Lucro ajustado	129.373	153.684
Dividendo mínimo obrigatório	32.343	25.671
Juros sobre capital próprio	-	15.000
Dividendo adicional proposto	97.030	113.013
	-	-

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 14 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R\$ 161.773, sendo: o montante de R\$ 25.671 a título de dividendos mínimos obrigatórios considerando o montante de R\$ 15.000 já pagos em 2021 a título de juros sobre capital próprio; e o montante de R\$ 113.013 declarado como dividendos adicionais pagos dentro do exercício de 2022.

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2022
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	25.671	113.013	32.343	(105.684)	65.343

	Efeito não caixa				Efeito caixa		31.12.2021
	31.12.2020	Juros sobre o capital próprio	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Juros sobre o capital próprio pagos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	59.684	15.000	41.557	25.671	(15.000)	(101.241)	25.671

13.5 Lucro básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro anual societário atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
Média ponderada de ações no exercício	565.756.528	565.756.528
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,24	0,29

14. Receita operacional líquida

	31/12/22	31/12/21
Suprimento - curto prazo (a)	126.698	25.102
Suprimento de energia - partes relacionadas (a)	108.853	104.458
Receita anual de geração - RAG	113.009	213.119
Receita anual de geração - RAG - partes relacionadas	28.616	53.819
Total da Receita operacional bruta	377.176	396.498
(-) Deduções da receita		
PIS	(6.458)	(6.690)
COFINS	(29.745)	(30.813)
P&D e eficiência energética	(3.368)	(3.812)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(10.519)	(4.575)
Taxa de Fiscalização	(1.514)	(1.342)
Total de deduções de receita	(51.604)	(47.232)
Total da receita	325.572	349.266

15. Pessoal e administradores

	31/12/22	31/12/21
Remuneração	(4.383)	(3.656)
Encargos	(1.692)	(1.501)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(466)	(357)
Outros	(1.041)	(848)
Total	(7.582)	(6.362)

Remuneração dos Administradores – Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	31/12/22	31/12/21
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.441	3.330
Varição cambial ativa	2	28
Atualização de créditos tributários	-	33
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	56	3.261
Outras receitas financeiras	-	304
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(349)	(322)
Total da receitas financeiras	7.150	6.634
Despesas financeiras		
Juros e multas	(191)	(252)
Varição cambial passiva - outros	(192)	(31)
Juros de arrendamentos	(94)	-
IOF e IOC	(55)	-
Atualização de provisão para riscos cíveis	(16)	(25)
Encargos de dívidas	(28.094)	(29.448)
Custos de transação de debêntures	(1.580)	(1.582)
Variações monetárias - dívidas	(40.576)	(79.242)
Garantias e fianças	(55)	(47)
Outras despesas financeiras	(1.263)	(360)
Total da despesas financeiras	(72.116)	(110.987)
Total	(64.966)	(104.353)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	133.866	133.866	102.800	102.800
Reversão dos juros sobre capital próprio				
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
	(33.443)	(12.048)	(25.676)	(9.252)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	-	-	-	-
Outros	(8)	(3)	(267)	(96)
Ajustes - diferenças entre societário e regulatório	271	252	-	-
Reversão de tributos diferidos passivos	-	-	3.750	1.350
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(33.180)	(11.799)	(22.193)	(7.998)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(35.895)	(12.776)	(20.715)	(7.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	603	(4.767)	5.774
Total	(35.859)	(12.173)	(25.482)	(1.692)
Alíquota Efetiva	26,79%	9,09%	24,79%	1,65%

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31/12/22	31/12/21	2022	2021
<u>Ativo - IR e CS sobre diferenças temporárias</u>	2.600	2.029	571	1.007
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	158	(223)	381	(223)
Obrigações por arrendamento	(19)	-	(19)	-
Outras Provisões	2.461	2.252	209	1.230
<u>Passivo - IR e CS sobre diferenças temporárias</u>	2.141	2.208	(69)	-
Outras Provisões	2.141	2.208	(69)	-
Total	459	(179)	640	1.007

18. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1 Controladora (Enel Brasil)

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)
Dividendos a pagar		(65.343)	(25.671)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(7.886)	(5.434)
Total		(73.229)	(31.105)

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.2 Empresas em controle em comum

Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia (a)				
ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Fevereiro de 2047	656	8.319	7.553
ENEL Distribuição CE- Coelce	Fevereiro de 2047	744	9.438	8.348
ENEL Distribuição Goiás- CELG D (**)	Fevereiro de 2047	829	10.650	9.540
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2047	2.471	31.152	28.379
ENEL Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2031	6.555	77.910	104.458
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Não regulado	(1.582)	-	(1.582)
Encargo de uso do sistema de transmissão (a)				
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(47)	(584)	(508)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (b)				
ENEL Distribuição CE- Coelce	Agosto de 2027	(461)	-	-
ENEL Distribuição Goiás- CELG D (**)	Agosto de 2027	-	-	-
ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Agosto de 2027	(781)	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(741)	-	-
ENEL Geração Fortaleza- CGTF (*)	Agosto de 2027	-	-	-
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	(29)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Agosto de 2027	(783)	-	-
Total		3.713	136.885	156.188

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Suprimento de energia e encargo de uso do sistema de transmissão

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Os contratos de suprimento de energia – CCEAR regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022.

19. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

19.1 Instrumentos financeiros

19.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31/12/22		31/12/21		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	53.850	53.850	64.914	64.914
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	144	144	129	129
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.260	6.260	21.625	21.625
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	33.032	33.032	36.625	36.625
Debêntures	Custo amortizado	2	684.573	752.716	740.331	752.716
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	65.343	65.343	34.671	34.671

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para a rubricas de debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes (IPCA), respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente o fator de atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	684.573	740.330
Dívida	684.573	740.330
Caixa e equivalentes de caixa	(53.850)	(64.914)
Títulos e valores mobiliários	(144)	(129)
Dívida líquida	630.579	675.287
Patrimônio líquido	744.783	753.957
Índice de endividamento líquido	45,85%	47,25%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 45,85% (47,25% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Debêntures	(132)	(264)	123.715	478.633	197.662	799.614
Total	(132)	(264)	123.715	478.633	197.662	799.614

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 100,00% da dívida total (R\$ 787.215) indexada à taxa variável (IPCA).

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses, considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	59.405	67.688	8.283	75.880	16.475
Total	59.405	67.688	8.283	75.880	16.475

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 11.

20. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos conforme abaixo:

Obrigações contratuais	2023	2024	2025
Serviços de logística	28.047	11.954	2.689

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	2.966.898	5.186.149
Responsabilidade civil	31/10/2022	31/10/2023	N/A	104.946
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2022	10/11/2023	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723

22. Conciliação do balanço patrimonial societário e regulatório

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/22			31/12/21		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	53.850	-	53.850	64.914	-	64.914
Títulos e valores mobiliários	144	-	144	129	-	129
Contas a receber de clientes	6.260	-	6.260	21.625	-	21.625
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	-	-	-	-	-
Outros tributos compensáveis	512	-	512	520	-	520
Serviços em curso	1.755	-	1.755	546	-	546
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	62.175	(62.175)	-	58.844	(58.844)	-
Outros créditos	5.581	-	5.581	8.429	-	8.429
Total do ativo circulante	130.277	(62.175)	68.102	155.007	(58.844)	96.163
Não circulante						
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	1.492.195	(1.492.195)	-	1.471.103	(1.471.103)	-
Tributos diferidos	-	2.600	2.600	-	2.029	2.029
Imobilizado	67.769	-	67.769	51.489	(442)	51.047
Intangível	8.867	1.176.916	1.185.783	9.408	1.224.150	1.233.558
Total do ativo não circulante	1.568.831	(312.679)	1.256.152	1.532.000	(245.366)	1.286.634
Total do ativo	1.699.108	(374.854)	1.324.254	1.687.007	(304.210)	1.382.797

	31/12/22			31/12/21		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	33.032	-	33.032	36.625	-	36.625
Salários, provisões e encargos	955	-	955	774	-	774
Imposto de renda e contribuição social a pagar	31.670	-	31.670	14.194	-	14.194
Outras obrigações fiscais	3.005	-	3.005	2.887	-	2.887
Encargos setoriais	8.266	-	8.266	6.123	-	6.123
Dividendos a pagar	65.343	-	65.343	25.671	-	25.671
Obrigações por arrendamentos	219	-	219	215	(215)	-
Debêntures	102.210	-	102.210	97.522	-	97.522
Outras obrigações	108	-	108	3	-	3
Total do passivo circulante	244.808	-	244.808	184.014	(215)	183.799
Não circulante						
Provisão para contingências	203	-	203	161	-	161
Impostos diferidos passivos	126.516	(124.375)	2.141	105.844	(103.636)	2.208
Obrigações por arrendamentos	435	-	435	223	(223)	-
Debêntures	582.363	-	582.363	642.808	-	642.808
Total do passivo não circulante	709.517	(124.375)	585.142	749.036	(103.859)	645.177
Patrimônio líquido						
Capital social	565.756	-	565.756	565.756	-	565.756
Reserva de lucros	179.027	-	179.027	188.201	-	188.201
Prejuízos acumulados	-	(250.479)	(250.479)	-	(200.136)	(200.136)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	744.783	(250.479)	494.304	753.957	(200.136)	553.821
Total do passivo e patrimônio líquido	1.699.108	(374.854)	1.324.254	1.687.007	(304.210)	1.382.797

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Conciliação da demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

	31/12/22			31/12/21		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Fornecimento de energia elétrica	377.176	-	377.176	396.498	-	396.498
Atualização do bônus de concessão	85.858	(85.858)	-	144.019	(144.019)	-
Amortização do bônus de concessão	(61.435)	61.435	-	(56.165)	56.165	-
	<u>401.599</u>	<u>(24.423)</u>	<u>377.176</u>	<u>484.351</u>	<u>(87.853)</u>	<u>396.498</u>
Deduções da receita bruta						
PIS-PASEP	(6.458)	-	(6.458)	(6.690)	-	(6.690)
Cofins	(29.745)	-	(29.745)	(30.813)	-	(30.813)
de recursos hídricos - CFURH	(10.519)	-	(10.519)	(4.575)	-	(4.575)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.368)	-	(3.368)	(3.812)	-	(3.812)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.514)	-	(1.514)	(1.342)	-	(1.342)
	<u>(51.604)</u>	<u>-</u>	<u>(51.604)</u>	<u>(47.232)</u>	<u>-</u>	<u>(47.232)</u>
Receita operacional líquida	349.995	(24.423)	325.572	437.119	(87.853)	349.266
Custos e despesas						
Energia elétrica comprada	(9.174)	-	(9.174)	(32.001)	-	(32.001)
Encargos de uso da rede elétrica	(49.361)	-	(49.361)	(44.541)	-	(44.541)
Impostos, taxas e contribuições	(41)	-	(41)	(69)	-	(69)
Serviços de terceiros	(7.709)	-	(7.709)	(7.989)	-	(7.989)
Pessoal	(7.582)	-	(7.582)	(6.362)	-	(6.362)
Material	(2.393)	-	(2.393)	(1.798)	-	(1.798)
Seguros	(3.005)	-	(3.005)	(3.987)	-	(3.987)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(37)	-	(37)	(425)	-	(425)
Depreciação e amortização	(563)	(47.234)	(47.797)	(386)	(47.129)	(47.515)
Outras despesas operacionais	359	-	359	2.698	(124)	2.574
	<u>(79.506)</u>	<u>(47.234)</u>	<u>(126.740)</u>	<u>(94.860)</u>	<u>(47.253)</u>	<u>(142.113)</u>
Resultado da atividade	270.489	(71.657)	198.832	342.259	(135.106)	207.153
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	7.150	-	7.150	6.634	-	6.634
Despesas financeiras	(72.116)	-	(72.116)	(110.996)	9	(110.987)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	205.523	(71.657)	133.866	237.897	(135.097)	102.800
Imposto de renda	(51.527)	15.668	(35.859)	(55.967)	30.485	(25.482)
Contribuição social	(17.814)	5.641	(12.173)	(20.157)	18.465	(1.692)
Lucro do exercício	136.182	(50.348)	85.834	161.773	(86.147)	75.626

24. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

a) Ativo financeiro – contas a receber vinculado a concessão – Bônus de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA durante o período de vigência da concessão.

b) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens. Na referida rubrica encontra-se registrado o valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017, o qual será amortizado até o final do prazo da outorga.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (balanço e resultado)

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário ocasionaram em ajustes na constituição de tributos diferidos relativos ao Retorno da Bonificação de Outorga ('RBO').

d) Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como 'receita operacional'. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ('RBO'). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão. Conforme comentado no item 3.5, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica 'Intangível' no balanço patrimonial e a amortização correspondente reclassificada de receita operacional líquida para despesas operacionais. Além disso, para fins regulatório, a atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, tomada por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ('IPCA') foi eliminada.

Em relação ao societário, por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Vale ressaltar que tal prática não é adotada na contabilidade regulatória, sendo o montante total pago pela concessão tratado como ativo intangível e amortizado linearmente até o final da mesma.

e) Exclusão do efeito resultante da adoção inicial do CPC 06 (R2)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia não considerava os efeitos resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2), pois não havia aprovação da ANEEL. Para fins societários, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, e não reapresentou as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação de arrendamentos. Com a alteração do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, vigente desde 01 de janeiro de 2022, a ANEEL adotou o referido pronunciamento, de tal forma, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há mais diferenças de tratamento, e conseqüentemente os ajustes foram refletidos nos livros regulatórios.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



25. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/22	31/12/21
Patrimônio líquido societário	744.783	753.957
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão- Bonificação outorga	(1.554.370)	(1.529.947)
Intangível - Bonificação outorga x intangível	1.176.916	1.224.150
Tributo diferido - bonificação de outorga/intangível	126.975	105.665
Arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	-	(4)
Patrimônio líquido regulatório	494.304	553.821

26. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido societário	136.182	161.773
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do bônus de outorga	(85.858)	(144.019)
Amortização do bônus de outorga	14.201	9.036
Tributo diferido ref. bonificação de outorga	21.309	48.950
Arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	-	(115)
Lucro líquido regulatório	85.834	75.626

27. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Enel Green Power Volta Grande S.A. ('Companhia' ou 'EGP Volta grande'), inscrita no CNPJ/MF Nº 25.176.391/0001-20, com na praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro - RJ, 24 de abril de 2023.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Jayne Barg	Diretor-Presidente
Jayne Barg	Diretor de Operação e Manutenção
VAGO	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
VAGO	Diretor de Compras



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração Contábil Regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023.

Outorgada: EGP Volta Grande S.A.

Aprovado por JAYME BARG
em 24/04/2023 às 14:40:53 CEST

Jayme Barg
Diretor-Presidente

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS
em 24/04/2023 às 08:30:44 BRT

Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração

CAMILA SILVA DE MELLO:00054732093
Assinado de forma digital por CAMILA SILVA DE MELLO:00054732093

Camila Silva de Mello
Contadora 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.